

A crise ecológica e a salvaguarda das condições de vida: exigências éticas e premissas para um novo humanismo

The ecological crisis and safeguarding living conditions: ethical demands and
premises for a new humanism

Lourenço Flaviano Kambalu
Faculdade de Direito da UKB, Angola

Resumo

A interdependência e a igualdade fundamental entre todos os homens em dignidade e direitos leva-nos a postular condições de vida mais humana e mais justa, bem como a reflectir sobre aquilo que a assombra como, por exemplo, as tendências prevalentemente liberalistas, utilitaristas e os desequilíbrios ecológicos. Tem se verificado uma maior sensibilidade em relação ao ambiente e tem se adoptado propostas éticas para enfrentar tal emergência, mas a tendência ainda não foi invertida nem modificada. A natureza continua a ser tratada como uma *res nullius* e os efeitos desta tendência comprometem cada vez mais o ambiente. Por isso, urge reflectir sobre a crise que ameaça o planeta e restabelecer as condições de sobrevivência da nossa "casa comum". Tal proposta de solução pode ser possível com uma postura ética, ou seja, pela consciência de que todo o ser vivo tem necessidade de condições vitais de ambiente sadio. A postura ética como proposta de solução à crise ecológica justifica-se pelo facto de que o contexto de interdependência dos organismos entre si com o habitat em que se encontram, impõe regras que criam o sentido de pertença de que derivam obrigações e deveres, e cria a consciência de que é justo e bom quanto concorre para a preservação, integridade, estabilidade, beleza e equilíbrio do planeta.

Palavras-chave: homem; globalização; África; ética; ecologia.

Abstract

The interdependence and fundamental equality of all people in terms of dignity and rights leads us to postulate more humane and just living conditions, as well as to reflect on what haunts it, such as the prevailing liberalist and utilitarian tendencies and ecological imbalances. There has been greater sensitivity towards the environment and ethical proposals have been adopted to deal with this emergency, but the trend has not yet been reversed or changed. Nature continues to be treated as a *res nullius* and the effects of this trend are increasingly jeopardising the environment. It is therefore urgent to reflect on the crisis threatening the planet and re-establish the conditions for the survival of our "common home". Such a proposed solution may be possible with an ethical stance, i.e. by realising that every living being needs the vital conditions of a healthy environment. Ethical reflection as a proposed solution to the ecological crisis is justified by the fact that the context of interdependence between organisms and the habitat in which they find themselves, imposes rules that create a sense of belonging from which obligations and duties derive, and creates the awareness that what contributes to the preservation, integrity, stability, beauty and balance of the planet is just and good.

Keyword: man; globalisation; Africa; ethics; ecology.

Informações do artigo

Submetido em 24/01/2024
Aprovado em 05/04/2024
Publicado em 15/05/2024.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2024.v24n2.p61-89>



Esta obra está licenciada sob uma licença
Creative Commons CC BY 4.0

Como ser citado (modelo ABNT)

KAMBALU, Lourenço Flaviano. A crise ecológica e a salvaguarda das condições de vida: exigências éticas e premissas para um novo humanismo. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 2, p. 61-89, maio/ago. 2024.

1 INTRODUÇÃO

A civilização contemporânea celebra hoje a interdependência e a igualdade fundamental entre todos os homens em dignidade e direitos. Tal dignidade, além de postular condições de vida mais humana e mais justa, leva-nos a reflectir sobre aquilo que a assombra como, por exemplo, as tendências prevalentemente liberalistas e utilitaristas bem como os desequilíbrios ecológicos.

Da segunda metade do século passado à presente data, tem se verificado uma maior sensibilidade em relação ao ambiente e tem se lançado alarmes em relação às condições do planeta terra, adoptando propostas éticas e projectos normativos para enfrentar tal emergência. Contudo, não obstante essa sensibilidade e atenção, a tendência não foi invertida nem modificada. As condições da natureza estão cada vez mais preocupantes e cada dia que passa a questão do aquecimento global se faz sempre mais urgente e inadiável. Enfim, a natureza continua a ser tratada como uma *res nullius* e os efeitos desta tendência comprometem cada vez mais o ambiente.

Vão se multiplicando reflexões sobre questões ambientais, pelas perturbações registadas nos ritmos e nos equilíbrios da natureza; pelas rápidas, dramáticas e inesperadas transformações, causadas pela acção do homem que com a ciência e com a técnica ganham uma dimensão planetária, alterando a dinâmica da própria natureza. A esses desequilíbrios que evidenciam o impacto da acção humana sobre o ambiente, alterando o equilíbrio das actuais condições de vida, em particular daquelas climáticas ou biogeoquímicas, dá-se o nome de crise ecológica.

Trata-se de uma crise cujas principais causas se consubstanciam no uso sistemático de combustíveis fósseis; na poluição do ar e da água; na exploração desenfreada dos **recursos naturais**; na **destruição** de habitats de muitas espécies e populações, cujas consequências vão se manifestando nas pandemias, na destruição das paisagens, na escassez de recursos e no aquecimento climático global. As ondas de calor multiplicam-se com intensidade e frequência; as condições meteorológicas extremas são cada vez mais intensas e frequentes. Verifica-se já não um aumento de temperatura, mas uma mudança do clima.

Por isso, urge reflectir sobre a crise que ameaça o planeta e restabelecer as condições de sobrevivência da nossa “casa comum”. Tal proposta de solução pode ser possível com uma postura ética, ou seja, pela consciência de que todo o ser vivo tem necessidade de condições vitais de ambiente sadio. A interdependência de tais condições produz uma “comunidade” de organismos que interagem entre si com o habitat em que se encontram. Enfim, produz um ecossistema. Ao conjunto de ecossistemas dá-se o nome de biosfera. Por isso, o homem e o ambiente em que vive são duas faces da mesma moeda. São inseparáveis!

A ética como proposta de solução à crise ecológica justifica-se pelo facto de que o contexto de interdependência dos organismos entre si com o habitat em que se encontram, impõe regras que criam o sentido de pertença de que derivam obrigações e deveres, e cria a consciência de que é justo e bom quanto concorre para a preservação, integridade, estabilidade, beleza e equilíbrio do planeta. Por isso, a actual crise ecológica, pode definir-se como uma crise da ética porquanto se trata de uma manifestação externa da crise ética da modernidade.

As exigências da ética ecológica podem facilmente ser satisfeitas e acolhidas por todos, por se referirem ao interesse de bem-estar de todos. Contudo, tal satisfação e acolhimento serão efectivos e eficazes se forem acompanhados de uma tomada de consciência da necessidade da transformação radical de mentalidades; da tomada de consciência do mau uso das novas descobertas científicas e técnicas sobre o meio ambiente e suas inevitáveis consequências; dos danos que derivam do efficientismo, relativismo, utilitarismo, hedonismo, consumismo, neoliberalismo e globalização, que priorizam critérios comerciais, de livre mercado, de bem-estar máximo, mirando essencialmente o *homo oeconomicus*, sem ter em conta as consequências negativas sobre o ambiente.

Daí a necessidade de,

Uma real mudança de mentalidade que nos induza a adoptar novos estilos de vida, nos quais a busca do verdadeiro, do belo, do bom e a comunhão com os outros homens para um crescimento comum sejam os elementos que determinem as opções dos consumos, das poupanças e dos investimentos¹.

¹ BENTO XVI, *Caritas in Veritate*, n. 51

Hoje tudo é possível ao homem e em força do poder tudo é possível sobre o homem. O homem já não mira a *ser mais*, mas apenas a *ter mais*. É o triunfo *homo faber* sobre o *homo sapiens*. E num mundo que hoje se configura como *aldeia global*², esse emblema vai afectando e caracterizando também o continente africano, apesar de este ser, muitas vezes, mero peão do mortal jogo de xadrez das grandes potências europeias, asiáticas e americanas.

Por isso, torna-se urgente a busca de fundamentos sobre os quais se possa construir novo humanismo e criar um espaço de participação responsável de todos à vida de comunidade a nível local, nacional, continental e mundial. Tal participação pressupõe a tomada de consciência das causas dos fenómenos que ameaçam a própria humanidade. E como toda a tomada de consciência, também esta encontra na ética um terreno privilegiado para a mudança de mentalidade das elites políticas e dos cidadãos, e desta forma superar os comportamentos danosos para o ambiente e construir uma verdadeira *οικός*³ em vista do bem comum, qual premissa para um novo humanismo.

² A expressão aldeia global, embora um pouco forçada, exprime sem dúvida, o espírito da necessária co-humanidade, ou seja o homem coexistente de maneira dialógica com outros homens bem como a coabitação que se impõem para os seres humanos, conscientes que a humanidade tem um destino comum. A expressão aldeia global exprime ainda o actual crescimento económico mundial, bem como o desenvolvimento científico e tecnológico. Tal crescimento e desenvolvimento constitui uma rede global de complexas interdependências que torna indispensável uma cooperação internacional entre as singulares economias nacionais e mete em movimento uma interacção de encontros e permutas entre homens e grupos que condiciona grandemente a qualidade humana da vida de todos os homens (Cf. MCLUHAN, Marshall. Gli strumenti del comunicare: i significati psicologici e sociali di ogni sistema di comunicazione. Milano: Garzanti, 1977, p. 98; RICH, Arthur. Etica economica. Brescia: Queriniana 1990, p. 685-686; GATTI, Guido. Questioni di etica dell'economia. Roma: LAS, 1997, p. 12; SANTOS, António Almeida. A globalização: um processo em desenvolvimento. Lisboa: Instituto Piaget, 2005, p. 12).

³ O termo ecologia deriva do grego *οικός* que significa casa ou ambiente de vida e *λογος* que quer dizer estudo ou tratado. A palavra formada sobre o grego *oikos*, foi criada, em 1866, com grafia *oecologia*, pelo biólogo alemão Ernst Haeckel para designar a ciência da economia, dos hábitos, do modo de vida, das relações vitais externas dos organismos (Cf. DROUJIN, Jean-Marc. Reinventar a natureza: a ecologia e a sua história. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 17-18). De notar, porém, que o simples significado etimológico do termo ecologia não ajuda a individuar com exactidão a área que se pretende estudar porque existem outras disciplinas que estudam o ambiente e suas componentes, e têm conotação ecológica. Para entender a amplitude da ecologia hoje, devemos recordar que nas últimas três décadas a ecologia tornou-se uma disciplina muito complexa que se propõe uma visão global dos problemas ambientais. Como tal, não é fácil definir com exactidão a área de competência, tendo em conta que essa não possui um corpus metodológico próprio, mas que para a recolha e a análise dos dados se serve do contributo de outras disciplinas como a física, a química, a zoologia e a botânica.

2 O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E OS DESEQUILÍBRIOS ECOLÓGICOS

Embora a ciência e a técnica continuem a desenvolver um papel de grande relevo na busca de soluções de vários problemas, preocupa sobremaneira a sua tendência a tornarem-se cada vez mais auto-referenciais, reivindicando um espaço autónomo e transformando-se num novo poder, em relação dialéctica com outros poderes, em particular com aquele que se situa na esfera política.

É claro que a ciência e a técnica são um produto cultural histórico e não um produto natural necessário. Contudo, verifica-se que o desenvolvimento científico e tecnológico vai tornando o homem cego diante dos permanentes desequilíbrios que existem no mundo e dos fenómenos novos que por sua própria novidade preocupam. Vive-se numa idolatria da máquina do homem que torna máquina o próprio homem.

O progresso técnico-científico atingiu níveis prodigiosos e foi além de qualquer possível imaginação. Atravessaram-se barreiras jamais descortinadas pelo olho do homem, em todos os campos do saber positivo. Mas é um progresso que, muitas vezes, não respeita os valores da dignidade e da liberdade da pessoa, reduzindo-a ao ser robotizado. O homem tornou-se mero instrumento ao serviço de uma eficiência materialista e ficou reduzido à máquina genial do sistema, tornando-se uma unidade matemática, onde a racionalidade ideal se torna cálculo e o produtor ideal se torna máquina⁴. E desta forma a própria vida social e política fica caracterizada por uma crise ético-cultural. Tal crise é parte de uma crise mais generalizada, que tem entre as suas causas a crise da razão e a difusão do niilismo. Tudo isso conduziu ao esquecimento do ser e à imanentização do seu fundamento; há visões fragmentárias e redutoras do real; à indiferença em relação aos valores; à perda do sentido da vida e sobretudo há antropologias enfraquecidas, funcionais apenas em sociedades consumistas e na lógica do individualismo metodológico⁵.

⁴ Cf. KAMBALU Lourenço Flaviano. **A democracia personalista**: os fundamentos ontológicos da política à luz de Pietro Pavan. Lisboa: Paulinas, 2012, p.148

⁵ Por individualismo metodológico entende-se uma corrente de pensamento – central à reflexão de Max Weber – segundo o qual toda a acção leva a uma acção individual. Isto faz com que os

Assim, o homem, que tão imensamente alarga o próprio poder, nem sempre é capaz de o pôr ao seu serviço. O homem, capaz de descobrir com maior clareza as leis da vida social, política e económica é incapaz de discernir os valores verdadeiramente permanentes e hesita quanto à direcção que deve imprimir às leis da vida social, política e económica, por ele descobertas.

À sua própria custa, o homem vai percebendo que o progresso técnico é fundamentalmente ambíguo porquanto se abre tanto ao bem como ao mal; tanto à salvação como à perdição do homem. A dura experiência das duas guerras mundiais; os campos de concentração; as terríveis devastações da primeira bomba atómica; a poluição atmosférica; o desequilíbrio produzido na ecologia e os genocídios voltam a colocar à ciência e à técnica a necessidade de uma “salvação” de dimensões mais vastas e profundas.

Por isso, o desenvolvimento é um horizonte que necessita de uma acção política coordenada, que deve conceber-se na sua vasta acepção e medir-se não apenas pelo índice de progresso técnico-científico, de riqueza material e de poder político, mas pelo índice de elevação cultural de cada homem, de cada povo e de cada nação. Tal índice cultural deve ser cada vez mais integrado na humanidade, com a perspectiva de corrigir as desigualdades sociais e as assimetrias económicas entre ricos e pobres, dentro de cada nação, superando as barreiras estruturais sobretudo na sua dimensão integral, que, para além do ter mais, inclui também o ser mais, ao salvaguardar e ao suscitar:

Não pela abolição da técnica, mas por sua integração num plano de humanização em que as leis económicas, como a famosa da “oferta e da procura” e tantas outras, sejam subordinadas às leis morais de só permitir o supérfluo para uns quando o necessário estiver garantido para todos⁶.

Por isso, urge velar para que os actuais processos económico-financeiros não sejam um novo tipo de colonialismo, mas respeitem a diversidade das culturas que, no âmbito da harmonia universal dos povos, é a chave interpretativa da vida. Daí a exigência de uma nova cultura que saiba

fenómenos da sociedade e as instituições sejam analisados como conjunto de acções individuais.

⁶ LIMA, Alceu Amoroso. **Comentários à Populorum Progressio**. Petrópolis: Vozes, 1969, p.116.

conjugar, no próprio interior, instâncias humanísticas e científicas, sem as contrapor nem as sobrepor, mas fazendo-as entrar numa dialéctica positiva.

Enfim, a ciência e a técnica – preciosos recursos do homem, quando se colocam ao seu serviço e lhe promovem o desenvolvimento integral em benefício de todos – não podem indicar sozinhas o sentido da existência e do progresso humano. Sendo chamadas a servir pessoa humana, de quem têm origem e incremento, recebem dela e dos seus valores morais a indicação da sua finalidade e a consciência dos seus limites. Por isso, a ciência e a técnica requerem o respeito incondicionado dos critérios fundamentais da moralidade e da ecologia, de acordo com a natureza nas suas diversas manifestações.

2.1 Ruptura do equilíbrio natural

Num momento em que a humanidade se iludia de ter atingido o ápice do progresso e do bem-estar económico, as chagas da crise ecológica⁷ começaram a verificar-se com gravidade, acabando por se transformarem em ameaça para a vida. Hoje constatamos a alteração dos equilíbrios; a modificação da composição química da atmosfera; a diminuição rápida da biodiversidade; as crescentes emissões de gases do efeito de estufa; a contaminação dos solos, da atmosfera e dos oceanos com substâncias tóxicas; o aumento da escassez de água doce, devido, principalmente, a contaminação dos mananciais por dejectos urbanos, resíduos industriais, agro-tóxicos e a destruição das florestas⁸.

⁷ Quanto às chagas da crise ecológica, importa distinguir as catástrofes ecológicas de origem natural das catástrofes de origem tecnológica. São catástrofes ecológicas de origem natural: as secas, inundações, ciclones, tremores de terra. As de origem tecnológica são as catástrofes das indústrias químicas (Seveso, Bhopal); das indústrias petrolíferas e da indústria nuclear (Three Miles Island e Chernobyl) (Cf. ALPHANDÉRY, Pierre et alii. **O equilíbrio ecológico**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 17).

⁸ Em 1972, os cientistas reunidos em Estocolmo, na Suécia, sob a égide das Nações Unidas com o tema o homem e o ambiente, tinham já lançado um grito de alarme sobre os desequilíbrios ecológicos da terra. O grito de alarme lançado em Estocolmo voltou a ter actualidade na Conferência do Rio de Janeiro em 1992, onde se discutiram medidas de redução de gases de efeito estufa. Na mesma senda se celebra o protocolo de Kyoto em de 1997; a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2011, bem como o Acordo de Paris, a COP-21, a 12 de dezembro de 2015, que visa tomar medidas de redução de emissão de dióxido de carbono a partir de 2020. Trata-se de um acordo histórico, que pela primeira vez envolveu quase todos os países do mundo num esforço para reduzir as emissões de carbono e conter os efeitos do aquecimento global. 195 Países, membros da Convenção do Clima da ONU e a União Europeia, ratificaram o documento.

A desflorestação e desertificação, além de diminuir as florestas, as reservas de oxigénio do planeta e levar à diminuição ou mesmo perda de numerosíssimas espécies vegetais e animais ali existentes, tem outros gravíssimos efeitos, como o aumento da quantidade de emissões de gases contaminantes, especialmente o dióxido de carbono (CO₂), não mais mitigada pela acção de equilíbrio das plantas. Outra consequência significativa da destruição das florestas é o empobrecimento da biodiversidade. A desarborização faz desaparecer milhões de espécies que vivem nas florestas.

Uma mudança climática incontrolável acarreta graves riscos para o nosso planeta. O gradual esgotamento do estrato do ozono e o consequente efeito de estufa na atmosfera terrestre, que impede a refacção da radiação procedente do sol, aumentando a temperatura sobre a superfície da terra, que resulta no aquecimento global e causa degelos nas calotas polares e aumento da superfície das águas marinhas. Enfim, as alterações climáticas resultantes do efeito de estufa já atingiram dimensões críticas, por causa da crescente difusão das indústrias, das grandes concentrações urbanas e do consumo de energia. Se continuarmos a emitir gases com efeito de estufa da atmosfera e dióxido de carbono; se continuarmos a envenenar os rios e os lagos; se continuarmos a desflorestar de forma imprudente e desaconselhada os recursos; se continuarmos a usar alguns tipos de adubos químicos, insecticidas, pesticidas, herbicidas e tudo o que é nocivo à atmosfera e ao ambiente, a média das temperaturas globais continuará a subir a níveis jamais vistos sobre a terra e a flora e a fauna se extinguirão, com prejuízos para a saúde, até, no futuro, à possível submersão de terras baixas.

De facto, as emissões poluentes de dióxido de carbono, cujo teor na atmosfera aumentou de 25% desde o início da revolução industrial, representam um papel preponderante do efeito de estufa. Outros gases implicados são o metano que provém dos processos de fermentação de arrozais, despejos e exploração de gás natural; o óxido de azoto, cuja origem está ligada à acção dos microrganismos nos solos e nas águas, bem como ainda os fluidos frigoríficos⁹.

A eliminação do manto de vegetação superficial deixa a descoberto o terreno diante da acção do vento e da água que já não é absorvida pelas raízes

⁹ Cf. BERGER, André. O futuro dos climas. In: BARRÈRE, Martine. **Terra património comum**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993, p. 18.

das plantas, provocando cheias e inundações destrutivas que podem fazer desaparecer aldeias e zonas agrícolas. O que advém do abatimento de árvores é danoso para a economia, já que as florestas representam o habitat privilegiado para quatro milhões e meio de espécies viventes, sejam elas animais ou vegetais, pelo que destruí-las, significa empobrecer de modo irreversível o património genético da humanidade.

O progresso técnico-científico representa um avanço para a civilização, pois é através do mesmo que o homem vai conquistando o domínio sobre a natureza, pondo-a ao seu serviço e estreitando laços de diálogo entre os diversos povos, caminhando assim para a formação de uma verdadeira comunidade humana. Contudo, é também o progresso técnico-científico que coloca o homem perante o dilema da urgente necessidade de potenciar o desenvolvimento económico, sem exceder os limites da sustentabilidade ambiental. O progresso técnico-científico rompe o equilíbrio natural e suscita perplexidade e interrogações profundas. Basta pensar na trágica hipótese de uma guerra química ou nuclear; nos riscos da utilização, mesmo pacífica, da energia atómica; na progressiva deterioração e desertificação dos solos agrícolas, devido ao uso indiscriminado de insecticidas; no inquinamento dos rios; na poluição das bacias hidrográficas e das próprias águas subterrâneas que antes eram sãs; nas chuvas ácidas que destroem os equilíbrios necessários à conservação das espécies¹⁰.

2.2 Evidência da necessidade ética

Hoje em dia, a ecologia não se debate apenas com meros desafios, mas está em crise. Essa crise foi grandemente causada pelos países industrializados, que depois de terem alcançado a prosperidade económica, não manifestam vontade política para a renovação ecológica e colocam ao homem problemas nunca antes enfrentados.

A crise ecológica vai assumindo dimensões e apresentando implicações surpreendentes e inesperadas, diante das quais a sociedade não se encontra devidamente preparada, assim como vai pondo em evidência o comportamento

¹⁰ Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL POSTUGUESA, «Nota pastoral sobre a preservação do meio ambiente»; In: **Celebração litúrgica**, 4, (1987-1988), p. 37, 1284-1285.

humano contraditório. Por um lado, é reconhecido o esgotamento eminente dos recursos naturais; por outro, a destruição do mundo natural, do qual depende a sobrevivência humana, bem como o anárquico e hedonístico consumo dos mesmos recursos, avançam num ritmo assustador. O homem quer ser proprietário não só dos recursos não renováveis, tais como, os diamantes, o petróleo e os minerais, mas também da biodiversidade. São reconhecidos os inestimáveis benefícios proporcionados pela ecosfera: clima estável e ameno, solos férteis e água pura; mas, no entanto, tais benefícios são totalmente ignorados ou considerados como sem valor¹¹. A crise ecológica põe também em evidência a urgente necessidade moral de uma nova solidariedade, nas relações entre os países africanos, maioritariamente em vias de desenvolvimento, e os países altamente industrializados. Estes países devem demonstrar-se cada vez mais solidários na promoção do desenvolvimento de um ambiente natural e social pacífico e salubre.

Aos países africanos não se pode requerer a aplicação de certas normas restritivas às próprias indústrias nascentes, se os países altamente industrializados não forem os primeiros a aplicá-las no seu interior. Por seu turno, os países africanos não deveriam repetir os erros cometidos por outros no passado, continuando a danificar o ambiente com produtos poluentes, com desflorestações excessivas ou com a exploração ilimitada de recursos não renováveis.

O desafio ecológico com que hoje se debate a humanidade consiste em estudar a natureza não como simples ambiente físico, mas como habitação do homem e dos outros seres, ou seja, como relação entre o homem e os organismos viventes na economia geral da natureza. Enfim, consiste em encontrar respostas que tenham capacidade efectiva para preservar a biosfera e estabelecer uma relação equilibrada entre o homem e a natureza.

Enquanto as diversas características da crise ecológica parecem ter origem nas acções dos países altamente industrializados e economicamente desenvolvidos, na sua maioria, do hemisfério norte, as suas consequências

¹¹ Cf. SABANI, Pier Giorgio SABANI. La questione ambientale come recupero del símbolo. In: AA.VV. **La questione ecológica**. Roma: Editrice Ave, 1989, p. 20; Raimon PANIKKAR, Raimon. **Ecosofia: la nuova sagesza**. Per una spiritualità della terra. Assisi: Cittadella Editrice, 1993. p. 39-40; GOLDSMITH, Edouard. **Desafio ecológico**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 9

afectam de forma dramática os países do hemisfério sul, particularmente os do continente africano, onde grandemente se vai manifestando a desertificação, a desflorestação, a erosão de solos e a perda de biodiversidade. África, apesar de ser a menos responsável pelas mudanças climáticas, é a que mais sofre com as consequências. Todavia, a crise ecológica, ao envolver todo o planeta, é global. Todos os seres vivos e não vivos, dos países ricos e dos países pobres, bem como de toda a vasta humanidade, sobretudo, os mais pobres, são afectados pela crise ecológica¹².

O continente africano tem uma responsabilidade menor pelos níveis alcançados hoje pelo gás do efeito de estufa. Aliás, o fenómeno do aquecimento global é essencialmente provocado pela emissão do dióxido de carbono dos automóveis, espaços de fornecimento de energia e indústrias que estão mais concentrados nos chamados países desenvolvidos. Mas os países africanos são as maiores vítimas da degradação e destruição ambientais e os mais expostos e os mais vulneráveis ao impacto dessas mudanças, pois, são os que têm menores possibilidades de enfrentar os custos necessários para a adaptação das suas vidas.

Enfim, se é verdade que a civilização industrial teve o mérito de aumentar o bem-estar de um grande número de pessoas, não é menos verdade que ela possui uma perigosa agressividade em relação à natureza. Para superar isto, deve-se recolocar o homem ao centro de importantes interacções com o ambiente físico e com os outros seres com que entra em relação, pois, por ele tudo ganha sentido e o mundo torna-se humano e familiar ou o contrário.

Aliás, o homem, autor de grandes e importantes interacções, favorece a transformação e o desenvolvimento do ambiente, como acontece na agricultura tecnologicamente avançada, com a industrialização de grandes áreas agrícolas, onde se torna possível produzir grandes quantidades de alimentos. Contudo, o homem também provoca a destruição do ambiente, através da devastação incontrolada de florestas, da exploração abusiva de água e do inquinamento da

¹² Uma forte visão antropocêntrica do mundo, associado à racionalidade científica, que contribuíram à hodierna crise ecológica, fazem parecer supérfluas as tradições concepções religiosas e espirituais que consideram a natureza como sagrada. Com a alienação da terra, da humanidade e do divino, a crise ecológica dos nossos tempos poderia, em todos os sentidos, ser considerada global.

atmosfera, que ameaçam, cada vez mais, a própria existência do homem. De facto,

O homem contemporâneo parece estar continuamente ameaçado por aquilo que ele próprio produz, ou seja, pelo resultado do trabalho das suas mãos e, mais ainda, pelo resultado do trabalho da sua inteligência e das tendências da sua vontade. Os frutos desta multiforme actividade do homem, com muita rapidez e de modo muitas vezes imprevisíveis [...] se voltam contra o próprio homem¹³.

O homem contemporâneo vive no medo, teme que alguns produtos da sua genialidade e da sua iniciativa possam tornar-se meios e instrumentos de uma inimaginável autodestruição.

O desenvolvimento da técnica não controlado nem enquadrado num plano com perspectivas universais e autenticamente humanístico, trazem muitas vezes consigo a ameaça ao ambiente natural do homem, alienam-no nas suas relações com a natureza e afastam-no da mesma natureza. E o homem parece, muitas vezes, nem sequer se dar conta de outros significados do seu ambiente cultural, para além daqueles que visam somente fins de uso e consumo imediatos¹⁴.

A ciência depositou tanto poder nas mãos do homem, ao ponto deste fazer ou desfazer o que quiser e distraiu-o do seu principal campo de conhecimento e de acção: o conhecimento dele próprio. O homem moderno, em tudo erudito, tornou-se, para si próprio, num perfeito desconhecido. Daí a necessidade urgente de retornar à sabedoria antiga – «conhece-te a ti mesmo» – para que o homem volte a fazer grandes e justas descobertas e o progresso das ciências e as invenções da técnica testemunhem a grandeza do próprio homem, capaz de criar instrumentos idóneos, que seguem o imperativo de primeiro preservar a ordem específica do cosmos e de se colocarem ao seu serviço.

3 ÁFRICA NO XADREZ DAS QUESTÕES ECOLÓGICAS FUNDAMENTAIS E URGENTES

3.1 Prioridade do dever em relação à existência

¹³ JOÃO PAULO II, Carta Encíclica **Redemptor Hominis**, n. 15.

¹⁴ *Ibidem*.

Para um melhor enquadramento de África no xadrez das questões ecológicas fundamentais e urgentes, é necessário que ciência e técnica se interroguem sempre na base da experiência pregressa, sobre as possíveis consequências das suas escolhas para os vindouros. Para tal é importante quanto sugere Hans Jonas a este respeito quando fala da prioridade do dever em relação à existência, dizendo que não há necessidade de consultar os desejos da posteridade, basta ter presente o seu dever ser.

Age de maneira que os efeitos da tua acção sejam compatíveis com a permanência de uma vida autenticamente humana sobre a terra, que eles não sejam destruidores da possibilidade futura de uma tal vida – sabe que o futuro indeterminado é o verdadeiro horizonte da tua responsabilidade e não o tempo contemporâneo da tua acção¹⁵.

Tornar impossível aos pósteros o seu dever ser é um autêntico crime a que farão séquito todas as outras possíveis frustrações. Não se trata tanto de defender o seu direito à felicidade, mutável no tempo, mas justamente a edificação da sua existência, que não pode ser limitada com o recurso à alquimia de uma tecnologia utópica.

As questões ecológicas são fundamentais e urgentes, delas depende a nossa sobrevivência. Por isso, devem ser enfrentadas com a devida seriedade mas também com uma maior incisão em relação a tudo quanto se faz, já que o sistema que une todos os seres terrestres é complexo e vulnerável, e não pode ser violado impunemente. Uma visão humanista e autenticamente ecológica mostra que a natureza está ao serviço do homem, o que faz com que este conheça os limites e os perigos à violação do ambiente e que esteja bem-intencionado a comportar-se convenientemente.

Existem concretos problemas ecológicos que as vezes assumem características graves. Contudo, se se quiser analisar tais problemas deve-se fazer com seriedade científica, com prudência e sem emoções. Não se trata de negar a existência de tais problemas, mas de examinar o seu real alcance e de buscar soluções, evitando as simplificações e o uso daqueles meios que talvez poderiam resolver tais problemas a curto prazo, que não seriam satisfatórios a

¹⁵ JONAS, Hans. **Il principio di responsabilità**. Un'etica per la civiltà tecnologica. Torino: Einaudi, 2002, p. 53.

longo prazo e introduziriam não só assimetrias económicas, mas sobretudo uma lógica desumana no desenvolvimento económico.

3.2 Necessidade de uma lógica humana no desenvolvimento económico

O século XX – o pós-Segunda Guerra Mundial – além do progresso da ciência e da técnica, pôs em evidência o desenvolvimento económico. São inegáveis e impressionantes as rápidas e significativas transformações que se foram registando em todas as esferas da vida, em todo o mundo. Economia, sociedade, política, trabalho, educação, mercado, comunicação, cultura, informação: tudo se transformou rapidamente, caracterizando o que se chama sociedade pós-moderna. São transformações que se traduziram num prodigioso crescimento material, incapazes de satisfazer os anélitos dos homens, mas capazes de se tornar uma ameaça para todos os seres vivos e para a sobrevivência das futuras gerações.

São transformações que podem ser descritas com as palavras de Albert Schweitzer, proferidas em 1952, em Oslo, durante a cerimónia de recepção do prémio Nobel da paz, quando dizia:

O homem tornou-se um super-homem [...]. Mas o super-homem com o sobre-humano poder não atingiu o nível de uma sobre-humana racionalidade. Mais o seu poder cresce, mas ele se torna pobre homem [...]. Tanto mais crescemos e nos tornamos super-homens, quanto mais somos desumanos¹⁶.

O “super-homem com sobre-humano poder” não reconhece mais a ordem constituída para sempre e sente-se chamado não só a descobrir, mas a criar uma nova ordem, onde a infelicidade do homem singular ou “político”, é considerada provisória e destinada a ser vencida através do progresso científico e crescimento económico. O “super-homem com sobre-humano poder” facilmente se esqueceu, ou voluntariamente ignorou, que o progresso tem os seus limites dentro dos limites próprios da natureza humana que jamais se podem suprimir.

Por isso, podemos afirmar que o quadro de referência dos problemas hodiernos de maior relevo, parte da consideração dos problemas técnicos e económicos que são animados por alguns pressupostos culturais e políticos de

¹⁶ FROMM, Eric. **Avere o essere?** Milano: Mondadori, 198226, p. 15.

fundo, tais como: a concepção do homem e da sociedade; a consideração antropológica de sentimentos e as aspirações generalizadas que condicionam profundamente a qualidade de vida de todos os homens.

Observa-se a existência de países que pela força da sua economia têm grande influência no mercado internacional e Estados que por motivos comerciais ou aqueles, eufemisticamente chamados, interesses geoestratégicos, impõem-se sobre os outros Estados. Contudo, não actuam como instrumentos ao serviço do desenvolvimento da globalidade humana, mas como meios para afirmar os próprios interesses, provocando uma espécie de eutanásia da sociabilidade e da liberdade. Por isso, quando se fala de economia pensa-se mais em actividades produtivas, em business, em proveito, no lucro e não no homem e na necessidade de uma lógica humana na organização de pessoas e bens, nem nas relações jurídicas, políticas e nas forças sociais. E nisto o desenvolvimento económico acaba por não se colocar em termos humanos e até vai mesmo prescindindo do homem e de todos os homens, culminando por ser crescimento e não desenvolvimento propriamente dito. Enfim, trata-se de uma economia que, vítima do darwinismo, limita-se apenas ao seu significado produtivo restrito e não abraça o seu significado ético completo e refuta, quase sempre, o humanamente justo, mirando apenas o lucro e a eficiência.

Daí a urgência de uma lógica humana no desenvolvimento económico. Não para negar os instrumentos técnicos cada vez mais elaborados, nem afirmar que o humanamente justo e o tecnicamente eficiente sejam antagónicos. Aliás, os dois separados não são capazes nem suficientes para esclarecer o sentido de uma economia eficiente, apto a produzir bens e serviços que satisfaçam as próprias necessidades e conduzam a uma vida humanamente digna. Quanto mais eficiente for uma economia, quanto melhor será a relação entre *input* e *output*, quanto mais existirem bens e serviços por distribuir, tanto mais, eficazmente, a economia alcançará o seu escopo fundamental e ajudará a todos a sair da pura dimensão e do simples crescimento, e entrará no círculo de desenvolvimento integral humano das presentes e futuras gerações.

Tudo isso mostra a necessidade e a urgência ética do problema da arquitectura financeira do mundo e da distribuição dos bens¹⁷. Outrossim, mostra a necessidade de repensar os mecanismos e as prioridades da economia, tirando-a do sentido de lucro, de crescimento e de busca incessante pelo acúmulo de capital e restituindo-lhe o seu verdadeiro papel: o de ser instrumento ao serviço do desenvolvimento do homem, qual autor e núcleo propulsor de toda a vida e realidade económica¹⁸.

3.2.1 O homem como núcleo propulsor das realidades económicas

O termo *nomos* (lei) presente na palavra grega *economia*, mostra-nos claramente que ela é uma conduta de homens e de comunidades que se projecta na esfera jurídica, tratando da maneira como as sociedades se organizam para produzir bens e serviços que suportam o bem-estar humano.

Por isso, a economia é algo relacional que vai além da produção de bens no sentido técnico e da arte utilitarista de enriquecimento. A economia é também o conjunto das organizações e processos destinados ao planeamento ordenado, duradouro e seguro das necessidades humanas naqueles campos dos bens de uso e serviços que possibilitem ao indivíduo e aos agrupamentos sociais o próprio desenvolvimento. Aliás, a economia

É apenas um sector da multiforme actividade humana, e nela, como em qualquer outro campo, vale o direito à liberdade, da mesma forma que o dever de a usar responsabilmente [...]. Se outrora o factor decisivo da produção era a *terra* e mais tarde o *capital*, visto como um conjunto de maquinaria e de bens instrumentais, hoje o factor decisivo é cada vez mais o *próprio homem*, isto é, a sua capacidade de conhecimento que se revela no saber científico, a sua capacidade de organização solidária, a sua capacidade de intuir e satisfazer a necessidade do outro¹⁹.

Nesse sentido, a economia não é apenas uma actividade isolada de carácter técnico, obedecendo a esquemas rígidos de estatística e cálculos de

¹⁷ Convém recordar que desde Aristóteles até ao século XVIII, a ciência económica foi tratada junto com a ética e a política, como uma parte da Filosofia prática e ainda, na fundação da economia clássica por Adam Smith, os pressupostos éticos jogavam um papel preponderante, pelo menos no sentido da liberdade de contrato dos sujeitos envolvidos como dirá também Kant (Cf. ZAMAGNI, Stefano. **Economia e etica**. Saggi sul fondamento etico del discorso economico. Roma: Varitas, 1994, p. 20).

¹⁸ Cf. CONCÍLIO VATICANO II, **Gaudium et Spes**, n. 63.

¹⁹ JOÃO PAULO II, Carta encíclica **Centesimus annus**, n. 32.

probabilidade. A economia é sim produto de uma conjugação de forças que exigem uma acção comum. É âmbito da actividade humana que, enquanto tal, deve actuar-se segundo directivas éticas e culturais bem precisas. Por isso, a economia não se pode separar da política, nem da moral, nem dos costumes, nem da técnica.

A economia é instrumento da produção de riqueza e de bem-estar que resulta da relação do homem com o mundo dos bens de uso e envolve todo o homem. Antes mesmo de ser uma exigência ética, a economia é uma exigência antropológica. Por isso, toda a concepção da economia pressupõe inevitavelmente uma concepção de homem e de seus fins. O homem é núcleo propulsor das realidades económicas, seja a título de consumidor, seja a título de poupador ou de contribuinte. Daí que uma economia que, produzindo a própria riqueza, excluísse das riquezas da terra e condenasse o homem ao desemprego e desocupação, à miséria, à fome, à insegurança e à dúvidas em relação ao futuro, entraria em contradição com os seus objectivos específicos.

A economia deve, pois, superar, pelo menos em parte, a noção de pessoa como simples objecto económico, para considerá-la como sujeito da vida económica e compreender-se à luz do humanismo e personalismo que não limita nem reduz as relações sociais e políticas em relações económicas. Aliás,

A economia tem, como o homem, uma dimensão social que lhe é essencial: é um "*proprium*", uma qualidade essencial da sua própria natureza. Daí a regulação da economia nacional e internacional ao serviço de todas as classes, do povo no seu todo, e dos vários povos no âmbito da comunidade internacional, para o crescimento dos vários povos subdesenvolvidos e a integração de todos numa comunidade fundada na justiça e operante na paz²⁰.

3.2.2 As estruturas económicas e a ordem dos valores humanos

As estruturas económicas bem como a própria actividade económica devem estar adequadas às condições concretas das populações e não devem limitar-se às leis da rentabilidade. Deve sim subordinar-se à ordem dos valores humanos e às leis que governam a vida pessoal e social dos homens, evitando

²⁰ SPIAZZI, Raimondo. **La dimensione umana dell'economia**. Roma: Idea Centro Editoriale, 1976, p. 21.

a excessiva liberdade de mercado, o crescimento abusivo da riqueza privada e a concentração do poder económico pelo Estado.

As estruturas económicas e a própria actividade económica devem estar ao serviço da vida humana e do desenvolvimento integral dos homens, pelos homens e para os homens. A economia deve estar ao serviço da pessoa humana, qual sujeito, fundamento e fim da vida económica e social.

Tal serviço comporta em primeiro lugar a produção de bens e serviços necessários à existência, auspiciosos e melhoradores da qualidade da vida para todos os homens, independentemente da cor da sua pele, da sua nacionalidade ou do seu *status* social. Na medida em que a economia persegue este objectivo fundamental e sabe, pois, satisfazer as necessidades vitais fundamentais²¹.

Isto indica que a economia só será viável se for humana. Indica também que uma economia útil à vida humana vai além do conceito de eficácia e cria as bases materiais necessárias para satisfazer as necessidades vitais correspondentes à essência do homem. Se não o faz, se em várias partes do mundo, como sucede, reina a fome e miséria, então a economia, no seu conjunto, não é útil à vida.

A actividade económica segue um percurso correcto quando coloca no centro do seu desenvolvimento o homem e quando está ao serviço do homem e dos seus direitos inalienáveis. O homem deve, pois, ser o centro do desenvolvimento da economia e a via para ajudar o próprio homem a descobrir a sua própria dignidade, aperfeiçoar as suas potencialidades e despertar em si o desejo de alcançar a plena humanidade e um mais alto nível de bem-estar, visto que a necessidade fundamental do homem é, sem dúvida, viver, crescer e desenvolver-se.

A finalidade de tal crescimento e desenvolvimento não consiste somente no aumento dos produtos, nem no lucro ou no poderio económico. Esta consiste no serviço do homem, integralmente considerado, tendo em conta a ordem das suas necessidades materiais como alimentação, vestuário, saúde e as exigências da sua vida intelectual, moral, espiritual e religiosa. Aliás, reza a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

²¹ RICH, Arthur. **Ética económica**. Brescia: Queriniana, 1990, p. 423.

Toda a pessoa tem direito a um nível de vida satisfatório para assegurar a sua saúde, o seu bem-estar e o da sua família, de um modo especial no que diz respeito à alimentação, à habitação, aos cuidados médicos, assim como no que concerne aos serviços sociais necessários: tem direito à segurança em caso de desemprego, de doença, de invalidez, de viuvez, de velhice, ou noutros casos de perda dos seus meios de subsistência em consequência de circunstâncias independentes da sua vontade²².

O crescimento e o desenvolvimento económico devem realizar-se segundo leis e métodos próprios da economia mas no âmbito da ordem moral e permanecer sob a direcção do homem. Significa dizer que o crescimento e o desenvolvimento económico não se devem deixar ao arbítrio da comunidade política ou de alguns poucos indivíduos ou de grupos economicamente mais fortes ou de nações mais poderosas. Estes devem ser comandados pelo direito e pela justiça, inerentes à consciência de cada homem.

É necessário enfrentar a questão da economia a partir de uma antropologia correcta para que a racionalidade económica não se limite ao aumento dos bens produzidos ou ao puro crescimento do lucro nem se limite aos aspectos científicos, técnicos e políticos, mas tenha em conta todas as dimensões próprias do ser humano, pondo-se ao serviço do homem todo e de todos os homens; considere as suas necessidades materiais, intelectuais, morais e espirituais e alcance o desenvolvimento de todos e de cada um em particular e o bem integral das pessoas.

Enfim, urge construir as bases de uma nova ordem mundial que saiba colocar os seus recursos ao serviço do desenvolvimento partilhado entre todos os seres humanos e coloque a humanidade no centro, não só das decisões políticas, mas também da própria economia.

As ideologias do século XX fracassaram porque os seus modelos de desenvolvimento eram antropologicamente redutivos, não respondiam às exigências do pleno reconhecimento da dignidade da pessoa humana. Daí a necessidade de elaborar modelos de desenvolvimento à medida do homem e conceber ordenamentos económicos adequados a um serviço integral e solidário.

²² **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM**, artigos 25º e 26º

Ocorre, pois, que a economia nunca perca de vista a sua função de instrumento e esteja orientada ao serviço do homem e da sua qualidade de vida, e tenha sempre presente o sentido de οικόζ e, por conseguinte, o princípio da destinação universal dos bens para um equilíbrio ecológico.

4 PROBLEMAS AMBIENTAIS E CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA DA HUMANIDADE

Os problemas ambientais que a terra e os seus sistemas naturais têm conhecido e enfrentado são complexos e interligados. Desde a revolução industrial que tais problemas se vêm verificando e consubstanciando na desflorestação e desertificação, na perda da biodiversidade, na alteração climática, na poluição das águas, na queima de combustíveis fósseis, na poluição de mares e oceanos, na poluição atmosférica, na escassez de água potável, no aumento de espécies invasoras, na destruição de ecossistemas, na erosão e no aquecimento global²³.

Os países mais industrializados continuam a extrair recursos, água e energia do ambiente, a difundir poluentes e a espalhar os lixos, causando danos ao território, ao ar e à água, actos com carácter irreversível. Enquanto os sistemas económicos requerem em cada caso índices de crescimento positivo, o ambiente requer equilíbrio e estabilidade. Temos razões para temer que em alguns casos estejamos já nos limites e até para lá da capacidade de renovação do Planeta²⁴.

Contudo, os problemas ambientais causados pela industrialização desordenada, promovendo alterações de grande risco à biosfera, aumentaram também a preocupação pela conservação da natureza e, por conseguinte, a consciência ecológica da humanidade. Hoje está difusa a consciência de que o principal recurso do homem – juntamente com a terra – é o próprio homem que com a sua inteligência e as suas acções pode descobrir e pôr em prática técnicas fiáveis para promover a transformação do ambiente natural e do mesmo ambiente humano em benefício de toda a humanidade.

A humanidade de hoje, se conseguir aliar novas capacidades científicas a uma forte dimensão ética, será certamente capaz

²³ Cf. GAFO, Javier. **Bioética**. Lisboa: Paulus, 20183, p. 455-459

²⁴ RUSSO, Giovanni. Bioética em diálogo com os jovens, Paulus, Lisboa 2010, p. 124

de promover o ambiente como casa e como recurso em benefício do homem e de todos os homens, será capaz de eliminar os factores de poluição, garantir condições adequadas de higiene e saúde para pequenos grupos, bem como para vastos assentamentos humanos. A tecnologia que polui também pode limpar a poluição, a produção que acumula pode distribuir equitativamente, desde que prevaleça a ética do respeito pela vida e pela dignidade do homem, pelos direitos das gerações humanas presentes e futuras²⁵.

Enfim, é cada vez mais difusa a consciência ética das questões relativas à ecologia e a necessidade de abordá-las com seriedade ética e incisividade científica na sua real extensão e procurar soluções, evitando a utilização daqueles que introduziriam uma lógica desumana no desenvolvimento socioeconómico. É um desafio que envolve todos. Todos têm responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável de cada homem e de cada sociedade. E tal responsabilidade diz respeito às actuais gerações e futuras, toca as às necessidades presentes e futuras, pertence aos Estados individuais e à Comunidade Internacional.

Uma concepção correcta do ambiente, se por um lado não pode reduzir utilitaristicamente a natureza a um mero objecto de manipulação e exploração, por outro lado não deve absolutizá-la e sobrepô-la em dignidade à própria pessoa humana. Seria divinizar a natureza, como facilmente se verifica em alguns movimentos ecológicos que pedem para dar às suas concepções um perfil institucional internacionalmente garantido.

A ciência e a tecnologia, com o seu progresso, não eliminam a necessidade de transcendência e não são em si mesmas a causa da secularização exasperada que leva ao niilismo. Ciência e técnica, na medida que avançam no seu caminho, levantam questões sobre o seu significado e aumentam a necessidade de respeitar a dimensão transcendente da pessoa humana. Enfim, a natureza está ao serviço das pessoas e diante do dramático relativismo niilista contemporâneo que eclipsa os conceitos da unidade, da bondade e da verdade, a recuperação do *lóγος*, o regresso à metafísica e a valorização da pessoa humana, sua dignidade e direitos é a única resposta seguras que o homem pode dar.

²⁵ GIOVANNI PAOLO II. **Discorso ai partecipanti ad un Convegno su ambiente e salute** (24 Marzo 1997), 5: Insegnamenti di Giovanni Paolo II, XX, 1, 1997, 522

4.1 As questões ecológicas e o futuro da humanidade

As questões ecológicas não podem ser uma preocupação romântica e elitista para a conservação das plantas e espécies exóticas, mas devem ser enfrentadas por todos na sua amplitude e envolver o futuro próximo e remoto da humanidade. Só assim será possível compreender quanto os actuais processos de desenvolvimento são na verdade sustentáveis. Para tanto, ocorre que o homem contemporâneo cumpra deveres imprescindíveis e inegociáveis de responsabilidade em relação ao futuro da humanidade. Desta feita todos – países industrializados ou não – são chamados a redescobrir a própria humanidade e o conseqüente destino comum, superando as perspectivas individualistas e egoísticas. Aliás, os países industrializados não são uma ilha nem um satélite, vagando sozinho pelo mundo. Esses são parte da grande família e a sua ambição maior deve ser a de contribuir para a realização dos destinos da família humana.

Perante os numerosos desafios que África enfrenta é necessário que os homens, reconheçam a harmonia do cosmo e do ecossistema como reticulado de mútuas conexões; é necessário que superem a concepção funcionalista e utilitarista da natureza e coloquem a ciência e a técnica ao serviço da pessoa humana, dos seus inalienáveis direitos, do seu bem verdadeiro e integral. É necessário que os homens estejam atentos para que o crescimento da ciência e da técnica, bem como o poder que essas vão colocando em suas mãos não desumanize a natureza e nem os torne pobres em humanidade.

Tudo isso exige que os homens, conscientes do direito de com a sua inteligência e o seu engenho, transformarem a natureza, pondo-a ao seu serviço; conheçam a sua real história; construam uma civilização orientada por princípios morais de respeito pela dignidade da pessoa humana e de solidariedade fraterna dos homens e dos povos entre si; empreguem de maneira racional o poder que têm sobre a natureza; apliquem cuidadosamente as tecnologias que utilizam para um desenvolvimento que seja digno do homem e não ponha em risco o futuro da humanidade. Para tal, ocorre uma ecologia holística e não uma tecnologia disfarçada de humanismo; uma “ecologia mental”, isto é, uma ecologia fundamentada numa mudança de mentalidade e de cultura; uma

ecologia integral que veja a humanidade e a terra como um conjunto vivo e orgânico.

Por isso, ao ecocídio, ora em acto, a ecofilia é a única alternativa, porquanto essa é humanização do mundo que se baseia na visão deste, não como simples habitat do homem, mas como seu prolongamento e preceito de não matar, de respeitar os direitos dos homens contemporâneos e das gerações vindouras, para as quais se tem o dever de consignar intacto o património que lhes pertence.

Significa dizer que a crise ecológica que vivemos, antes de ser científica e tecnológica é sobretudo antropológica e moral. A questão central do problema ecológico não é tanto a natureza, mas o homem e a aplicação sem discernimento dos progressos científicos e tecnológicos. O que está em jogo é a concepção de homem, isto é, o que o homem pensa de si mesmo e das suas relações com os outros, com a natureza e com o Absoluto: explorador da terra ou cultivador responsável? Consumista responsável ou sóbrio administrador? Estão também em jogo valores como a solidariedade de todo o género humano e a sobriedade no uso dos bens de consumo. Muitas vezes as condições de produção prevalecem sobre a dignidade do trabalhador e os interesses económicos são postos acima do bem de cada uma das pessoas, senão mesmo acima do bem de populações inteiras. A crise ecológica é, pois, fruto de uma visão redutiva e inatural que, algumas vezes, denota um verdadeiro desprezo pelo homem.

É uma loucura pensar que a crise ecológica possa ser superada através de soluções tecnológicas ou pelo recurso às medidas políticas ou económicas. As raízes da crise ecológica são muito mais profundas e requerem uma mudança de visão e perspectiva. Por isso, as soluções para salvaguardar o meio ambiente estão condicionadas pelo modo de entender o lugar e o papel do homem no mundo, assumindo direitos e deveres. Neste sentido, o desafio ecológico é antes de mais um desafio formativo. Urge formar uma nova mentalidade e visão capazes de não só conhecer a real ameaça ecológica à qual está submetido o nosso planeta, mas sobretudo reconhecer que é a ecosfera que garante a sobrevivência do homem, e a continuidade de todo o seu agir está a caminhar para um colapso total.

4.2 A ecologia e as formas estruturais da pobreza

Para que se obtenha o justo equilíbrio ecológico é necessário que seja directamente enfrentado o problema da pobreza, atacando suas raízes estruturais como a dívida externa, o governo das finanças mundiais e as emergências que provocam o agravamento da pobreza, como guerras, corrupção, tráfico de entorpecentes e de seres humanos.

É necessário ainda que sejam resolvidas as formas estruturais de pobreza existentes que incluem a falta de recursos e renda para atender necessidades básicas, ou seja, míngua, fome, malnutrição, doença, marginalização, analfabetismo; falta de voz e poder nas instituições estatais e na sociedade; vulnerabilidade a choques adversos e exposição a riscos, combinados com uma incapacidade de enfrentá-los.

Enfim, é necessário que seja resolvida toda a sorte de misérias, de limitações e de desestruturação no indivíduo e na família, que podem ser superadas pela ausência da pobreza. O acesso mínimo à educação, à saúde pública, ao saneamento, à habitação é fundamental para enfrentar e combater as causas e as formas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres. A luta contra a miséria deve ser mantida no campo da formação, única capaz de estimular a iniciativa pessoal e ajuda a chegar a uma solução duradoura dos problemas.

A pobreza rural em muitos países africanos levou a uma agricultura de mera subsistência e ao incremento, muitas vezes, de desflorestação moderada com consequentes desequilíbrios ecológicos. Porém, diante de situações de pobreza não se deve lançar acusações somente aos pobres, pelo que se refere às consequências negativas sobre o ambiente, por eles provocadas. Seria uma maneira inaceitável para avaliar as responsabilidades. É necessário, antes de mais, ajudar os pobres a saírem da pobreza; reconquistar a sua dignidade e alcançar um desafogo que lhes permita viver mais humanamente. E isto exige interessar-se pelos países pobres não apenas para se aproveitar das suas riquezas, mas para lhes garantir o bem-estar social; promover um ambiente gerador de recursos apropriados para o desenvolvimento humano e de suas capacidades; denunciar a presença de injustiças bem como a existência da ganância de acumular riqueza desonesta e desumana. Enfim, exige uma reforma

corajosa das estruturas e dos novos esquemas nas relações entre os Estados e os povos²⁶.

Contudo, este objectivo requer a criação de uma nova mentalidade que pense em termos de comunidade, de prioridade da vida de todos em relação à apropriação dos bens por parte de alguns. Outrossim, só é possível unindo as várias formas de actuação dos governos, das instituições privadas e do próprio indivíduo, garantindo políticas multidimensionais que proporcionem uma boa distribuição da renda e uma constante evolução no aspecto económico e social dos cidadãos, adoptando políticas sociais, políticas de demandas e de oferta para o mercado de trabalho.

5 A CRISE ECOLÓGICA COMO *KAIRÓS* PARA UMA ÉTICA GLOBAL

Há muito que se ouve falar de crise ecológica, ou seja, de situações ecológicas insustentáveis, de estarmos a caminhar rumo a uma degradação total do planeta. São conhecidos os tristes acontecimentos que vão marcando a humanidade, como por exemplo os três incidentes históricos: Seveso, Bhopal, Three Miles Island, Chernobyl e Fukushima, que poderiam motivar a mudança de conduta colectiva, por parte de todo o género humano e evidenciar a necessidade de uma nova concepção do ser humano, considerando-o não apenas como *homo oeconomicus* – que age segundo o paradigma do crescimento económico e do lucro – mas sobretudo como *homo terrestris* – que age com base na justa distribuição dos recursos da terra e no seu destino comum com os seus semelhantes e com todas as outras espécies do seu *habitat* partilhado.

A crise ecológica tem revelado um comportamento humano contraditório. Por um lado, o homem reconhece a eminente escassez dos recursos naturais e por outro, continua a consumir desenfreada e hedonisticamente tais recursos. Podemos afirmar que a crise ecológica é fruto do egoísmo individual e colectivo do homem que abusivamente rompe a harmonia e o equilíbrio da natureza. Por isso, a crise ecológica é uma crise antropológica e moral que não se supera com soluções tecnológicas, nem se

²⁶ Cf. JOÃO PAULO II. Mensagem para a celebração do dia mundial da paz de 1990. In: «Celebração Litúrgica», **Revista de Liturgia e Pastoral**. Braga: Edições Theologica, 3/1990, p. 1020

resolve com medidas políticas ou económicas, mas somente com soluções éticas.

A ética leva a cultivar a responsabilidade individual e a ter consciência de ser parte dos problemas ecológicos, motivando à acção e ao envolvimento na difusão da sensibilidade em relação à limitação dos recursos e ao uso racional de tais recursos. Outrossim, ajuda a prestar maior atenção às condições de emergência ambiental do planeta, num mundo cada vez mais globalizado.

De salientar que a globalização embora nalguns casos dê oportunidade de reconhecer que somos uma só humanidade e ofereça oportunidades de desenvolvimento, em muitos casos aprofunda as diferenças entre as Nações; aumenta a instabilidade financeira e a insegurança económica; cria graves ameaças à segurança social e sanitária e agrava a degradação ambiental.

Basta verificar o que sucede, por exemplo, com África, que no contexto da globalização, às vezes é tida em consideração, mas como continente de descarga apenas, onde exportar os excessos e os tóxicos rejeitados; onde vender ou oferecer os produtos susceptíveis de prejudicar a saúde ou a vida das populações; onde actuar os programas de esterilização e de distribuição gratuita de contraceptivos, em lugar de medicamentos necessários à população, tantas vezes vítima de doenças endémicas.

Por isso, a crise ecológica torna-se um *kairós* para uma ética global que conduz à responsabilidade individual e colectiva; que contribui para o bem-estar global; que visa a dignidade e a integridade da pessoa humana e a salvaguarda das condições de vida do mundo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão podemos afirmar que pelo iminente perigo que o nosso planeta corre, o discurso ecológico torna-se vital e crucial. Ninguém duvida que a terra alcançou um estágio de saturação, causada pela sobrepopulação, pela exploração dos recursos não renováveis e sobretudo pelo envenenamento da biosfera. E, lamentavelmente, ainda não se conseguiu encontrar uma solução efectiva à crise ecológica.

A ecologia vive uma crise profunda e global. Tal crise atravessa vários campos – científico, filosófico, político, económico, ético e religioso – e envolve o

inteiro planeta e todos os seus seres. Enfim, é uma crise que comporta uma dimensão de urgência e introduz uma nova *Weltanschauung*.

O homem, autor de grandes interações entre o ambiente físico e os seres vivos, favorece a transformação e o desenvolvimento do ambiente, mas também a destruição do mesmo e a poluição atmosférica. Por isso, é importante que o homem conheça o seu verdadeiro papel na natureza e saiba empregar de maneira justa o poder que tem sobre a natureza para que esta não se levante sobre ele, provocando-lhe medo, destruição e morte.

As exigências do desenvolvimento, ante as preocupações ecológicas, não devem olhar apenas à consciência dos limites dos recursos disponíveis, mas devem olhar sobretudo à necessidade de respeitar a integridade e os ritmos da natureza, tendo-os em conta na programação do desenvolvimento. Enfim, não devem prescindir do respeito pelos seres que formam o cosmo, colocando em perigo as gerações presentes e vindouras, mas devem observar as exigências éticas, certos de que a natureza tem os seus ritmos que devem ser conhecidos e respeitados. Por isso, antes de intervir na natureza para “melhorá-la”, é preciso interrogar-se sempre se esta melhoria não significa destruição.

O grande desafio continua a ser a edificação de um mundo onde os homens se sentem chamados e plenamente envolvidos nas questões ecológicas e ganham consciência de cuidar da nossa casa comum, e por conseguinte, da nossa vida e da nossa sobrevivência. E a premissa dessa assumpção é o reconhecimento da dignidade de todo o ser humano e a consciência de que o homem não deve dispor arbitrariamente da terra, sujeitando-a sem reservas à sua vontade, mas deve preservar a biosfera e produzir uma relação equilibrada entre si e a natureza.

Por isso, o discurso ecológico não pode ser uma preocupação romântica e elitista para a salvaguarda de animais em via de extinção ou conservação de espécies raras e de planta exóticas. Esse deve ser uma preocupação que brota da necessidade de recuperar um ligame gravemente ameaçado e garantir a continuidade da nossa vida no nosso planeta. Para tal, o contributo de cada um, por pequeno que seja, é e será sempre um passo necessário para a criação de uma nova mentalidade e edificação de um novo humanismo.

REFERÊNCIAS

- AA.VV. **África no mundo contemporâneo: estruturas e relações**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- AA.VV. **La questione ecológica**. Roma: Editrice Ave, 1989.
- AA.VV. **O desenvolvimento do continente africano na era da mundialização**. Coimbra Almedina, 2005.
- ABBAGNANO, Nicola. **Storia della filosofia I**. Torino: UTET, 1963.
- ALPHANDÉRY, Pierre, *et alii*. **O equilíbrio ecológico**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- BERGER, André. **O futuro dos climas**. In: BARRÈRE, Martine. **Terra património comul**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- BURGIS, Tom. **A pilhagem de África**. Amadora: Vogais, 2016³.
- CARBONE, Giovanni. **L’Africa. Gli stati, la politica, i confliti**. Bologna: Il Mulino, 2012³.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL POSTUGUESA. Nota pastoral sobre a preservação do meio ambiente. In: **Celebração litúrgica**, 4 (1987-1988) 1284-1285.
- DAHRENDORF, Ralf. **Quadrare il cerchio**. Bari: Laterza, 1996.
- DA ROCHA, Manuel José Alves. **As transformações económicas estruturais na África Subsariana 2000-2010**. Luanda: Mayamba, 2013.
- DROUIN, Jean-Marc. **Reinventar a natureza: a ecologia e a sua história**. Instituto Piaget, Lisboa 1993.
- FALK, Richard. **Globalização predatória: uma crítica**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- GAFO, Javier. **Bioética**. Lisboa: Paulus, 2018³.
- GATTI, Guido. **Questioni di etica dell’economia**. Roma: LAS, 1997.
- GOLDSMITH, Edouard. **Desafio ecológico**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.
- IGREJA CATÓLICA. Papa (1978-2005: João Paulo II). Carta Encíclica: **Redemptor Hominis**. Libreria Editrice Vaticana, Vaticano 1979.
- IGREJA CATÓLICA. Papa (1978-2005: João Paulo II). Carta Encíclica: **Centesimus Annus**. Libreria Editrice Vaticana, Vaticano, 1991.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2005-2013: Bento XVI). Carta Encíclica: **Caritas in Veritate**. Libreria Editrice Vaticana, Vaticano, 2009.

IGREJA CATÓLICA. Papa (2013: Francisco). Carta Encíclica: **Laudato Si**. Libreria Editrice Vaticana, Vaticano, 2015.

JONAS, Hans. **Il principio di responsabilità: un'etica per la civiltà tecnologica**, Torino: Einaudi, 2002.

KAMBALU, Lourenço Flaviano. **A democracia personalista. Os fundamentos onto-antropológicos da política à luz de Pietro Pavan**. Lisboa: Paulinas, 2012.

LIMA, Alceu Amoroso. **Comentários à Populorum Progressio**. Petrópolis: Vozes, 1969.

MCLUHAN, Marshall. **Gli strumenti del comunicare: i significati psicologici e sociali di ogni sistema di comunicazione**. Milano: Garzanti, 1977.

PANIKKAR, Raimon. **Ecosofia: la nuova sagesza. Per una spiritualità della terra**. Assisi: Cittadella Editrice, 1993.

PAULO II, João. Mensagem para a celebração do dia mundial da paz de 1990. *In: Celebração Litúrgica. Revista de Liturgia e Pastoral*. Edições Theologica. Braga: 3/1990.

RICH, Arthur. **Etica economica**. Brescia: Queriniana, 1990.

RUSSO, Giovanni. **Bioética em diálogo com os jovens**. Lisboa: Paulus, 2010.

SABANI, Pier Giorgio. *La questione ambientale come recupero del símbolo. In:*

SANTOS, António Almeida. **A globalização: um processo em desenvolvimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

SPIAZZI, Raimondo., **La dimensione umana dell'economia**. Roma: Idea Centro Editoriale, 1976.

DADOS DO AUTOR

Lourenço Flaviano Kambalu

Missionário de Nossa Senhora de La Salette, desde 1991, e presbítero, desde 1997. Doutorou-se em Filosofia pela Universidade Pontifícia Salesiana-Roma, em 2006. Foi Decano da Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Bwila (UKB), de 2015 a 2022. Actualmente é Vigário dos Missionários de Nossa Senhora de La Salette em Angola, Docente na Faculdade de Direito da UKB e no Seminário Maior do Bom Pastor-Secção de Filosofia. *Email: fundileko@hotmail.com*